



BOLETIM

RIPAJ

Dezembro/2023 | 3ª Ed.



EDITORIAL

As instituições integrantes da Reunião de Instituições Públicas de Assistência Jurídica dos países de Língua Portuguesa - RIPAJ têm a honra de divulgar a segunda edição do Boletim Informativo da RIPAJ. Esta publicação objetiva promover um intercâmbio informacional institucional pertinente à atuação das instituições públicas de assistência jurídica dos instituições integrantes da RIPAJ - Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, divulgando suas ações e boas práticas.

Segundo princípios da Declaração Constitutiva deste Foro, objetiva-se o fortalecimento das instituições públicas de assistência jurídica integral e gratuita às pessoas em condição de vulnerabilidade jurídica e econômica dos instituições integrantes da CPLP. Ainda se constitui como missão da RIPAJ criar um sistema estável de coordenação e cooperação entre instituições públicas de assistência jurídica dos países lusófonos, provendo a devida qualidade e excelência, toda vez que tal direito for pleiteado pelas pessoas em vulnerabilidade jurídica e econômica, seja no campo civil ou penal.

Nessa perspectiva, incluem-se no Boletim Informativo ora apresentado notícias e destaques das 9 instituições integrantes da RIPAJ, considerando suas diversidades, contextos históricos e culturais, arcabouços jurídicos e atualidades. Fazemos votos de que este Boletim Informativo seja mais um incentivo para cooperar com a integração destes países em consonância com os objetivos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP.

SUMÁRIO



Angola.....4



Brasil.....5



Cabo Verde.....6



Guiné-Bissau.....7



Guiné Equatorial.....8



Moçambique.....9



Portugal.....10



São Tomé & Príncipe.....11



Timor-Leste.....12

MINISTRO DA JUSTIÇA DE ANGOLA DESTACA COMPROMISSO PARA PROTEGER DIREITO À VIDA NA ONU

O Conselho de Direitos Humanos da ONU realizou um debate sobre violações dos direitos humanos relacionadas com o uso da pena de morte, em particular no que concerne aos crimes mais graves. Ao apresentar a posição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o ministro da Justiça e Direitos Humanos de Angola, Marcy Lopes, enfatizou a defesa da vida.

“É o direito sobre o qual não existem outros direitos. O direito à vida deve ser preservado a todo o custo pelos Estados acima de todos os outros direitos, porque é por via do direito à vida que se protege a pessoa humana. É um dos pilares constitutivos da nossa comunidade, onde todos os esforços foram enviados. É com orgulho que asseguramos que todos os esforços foram enviados para que ele se tornasse uma realidade.”

Marcy Lopes, ONU, 2023



Fonte: [Organização das Nações Unidas](#)

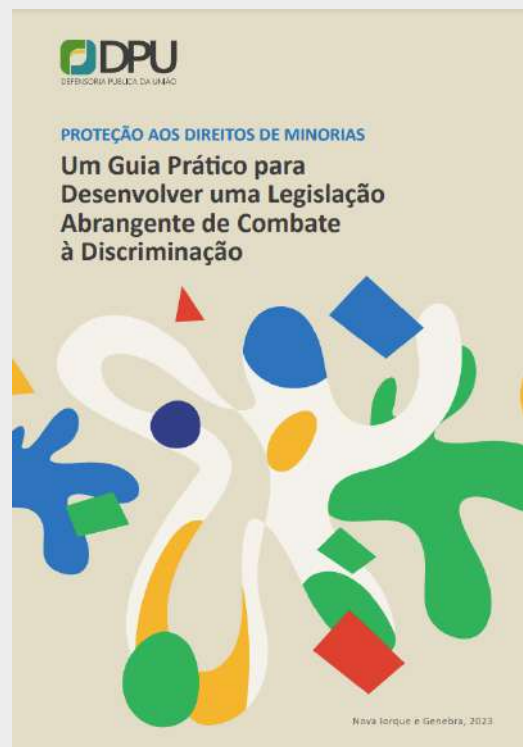
ANGOLA



DPU PUBLICA GUIA PARA PROTEÇÃO AOS DIREITOS DE MINORIAS

No dia 6 de outubro, a Defensoria Pública da União (DPU) promoveu o webinar de lançamento da publicação **“Proteção aos Direitos de Minorias - Um Guia Prático para Desenvolver uma Legislação Abrangente de Combate à Discriminação”**. O guia fornece orientações para legisladores, sociedade civil e defensores de direitos humanos e reúne normas legais internacionais.

O trabalho é resultado de uma colaboração de dois anos entre o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) e a Equal Rights Trust. A DPU foi responsável por lançar, em português, a tradução do guia.



Fonte: [Defensoria Pública da União](#)

BRASIL REGULAMENTA VISTO E AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA EM ACORDO SOBRE MOBILIDADE ENTRE OS ESTADOS-MEMBROS DA CPLP

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, e o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, assinaram nesta terça-feira (05) Portaria Interministerial que regulamenta a concessão de visto temporário e de autorização de residência a nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), no âmbito do Acordo sobre a Mobilidade entre os seus Estados-Membros.

Fonte: [Governo Federal do Brasil](#)

BRASIL



CANDIDATURA DE CABO VERDE A MEMBRO DO CONSELHO DOS DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS É BEM RECEBIDA

Joana Rosa, Ministra da Justiça, discursou sobre as Recomendações da Revisão Periódica Universal (UPR) em Cabo Verde. Em sua fala, foi ressaltada a necessidade de entregar os relatórios solicitados no prazo correto e apresentar um plano de ação claro até as eleições de 2024. Destacou-se, também, a importância de atender às 159 recomendações recebidas em 2018, para manter a credibilidade e ranking de direitos humanos do país.

A Revisão Periódica Universal é um mecanismo da ONU para avaliar os direitos humanos em todos os Estados membros. Cabo Verde passou por três ciclos de revisão e será avaliado novamente em novembro de 2023.



Fonte: [Governo de Cabo Verde](#)

CABO VERDE





GUINÉ-BISSAU VAI ACOLHER A CIMEIRA DA CPLP EM 2025

O Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Carlos Vila Nova, Presidente em exercício da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), anunciou que a XV Conferência de Chefes de Estado e de Governo vai decorrer na Guiné-Bissau, em 2025.

Esta foi uma decisão da XIV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, reunida no dia 27 de agosto de 2023, em São Tomé, que saudou a disponibilidade expressa pelo Presidente da República da Guiné-Bissau, Umaro Sissoco Embaló.



Fonte: [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#)

GUINÉ-BISSAU



GUINÉ-EQUATORIAL PARTICIPA DA IX RIPAJ EM MAPUTO

A IX Reunião das Instituições Públicas de Assistência Jurídica (RIPAJ) foi sediada em Moçambique, por exercício da presidência pro tempore do país, entre os dias 3 e 4 de novembro de 2022. O encontro teve como tema de debate a “Assistência Jurídica e Judiciária Como Fator de Equidade no Acesso à Justiça”.

Durante a reunião, foram discutidos os desafios do acesso à justiça e a proteção à criança, mulher, pessoa idosa e aos demais grupos vulneráveis, contemplando recomendações e sugestões de todas as delegações presentes acerca dos temas.

Também estiveram presentes, na IX RIPAJ, delegação do Ministério da Justiça de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique (anfitriã do evento, representada pelo diretor do IPAJ, Justino Tonela), Portugal e Timor-Leste.



Fonte: [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#)

GUINÉ-EQUATORIAL



DPU REALIZA MISSÃO DE PROSPECÇÃO EM MOÇAMBIQUE

Na semana de 13 a 18 de novembro, a DPU realizou uma missão de prospecção in loco à Moçambique para elaboração de projeto de cooperação técnica na área do acesso à justiça.

Representantes de ambos os países cumpriram agenda de reuniões em instituições públicas moçambicanas para dialogar sobre temas relativos ao acesso à justiça e aos direitos humanos.



MAPUTO ACOLHE EVENTO GLOBAL SOBRE DIREITOS HUMANOS NA CPLP

Sendo uma iniciativa conjunta do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos da República de Moçambique, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), este evento representa uma oportunidade para a partilha de informação, conhecimento e melhores práticas sobre o envolvimento com os mecanismos dos organismos de direitos humanos da ONU - com o objetivo de compartilhar as lições aprendidas, identificar desafios comuns e ajudar a definir os caminhos a seguir no futuro.



Fonte: [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#)

MOÇAMBIQUE



DPU REALIZA MISSÃO DE PROSPECÇÃO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

A missão de prospecção, realizada pela Defensoria Pública da União (DPU) do Brasil, teve como objetivo principal conhecer o sistema de justiça são-tomense e entender as principais preocupações e desafios enfrentados pelas instituições na área da justiça.

Com apoio da DPU e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil, um projeto no setor de acesso à justiça será desenvolvido em conjunto com o Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos de São Tomé e Príncipe (MJAPDH).

Além de visitar o ministério, a delegação brasileira esteve na Procuradoria Geral da República e na Polícia Judiciária. O grupo também conheceu o sistema prisional de STP, o Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica, a ONG SOS Mulheres, a Ordem dos Advogados de STP e a Universidade Lusíadas.



Fonte: [Agência Brasileira de Cooperação](#)

SÃO TOMÉ
& PRÍNCIPE





PREVENIR VIOLÊNCIA JUVENIL É PRIORIDADE NA NOVA LEI DA POLÍTICA CRIMINAL PORTUGUESA

A nova Lei da Política Criminal estabelece as prioridades ao nível da prevenção e da investigação criminal para o biênio de 2023-2025. Pela primeira vez, a prevenção da violência juvenil passa a ser prioritária.

A nova Lei promove também a proteção das vítimas de crime (em particular as especialmente vulneráveis, como crianças e jovens, mulheres grávidas e pessoas idosas, doentes, pessoas com deficiência e imigrantes), e garante o acompanhamento das pessoas acusadas ou condenadas, com vista à sua posterior reintegração na sociedade.

A proteção da vítima por violência de gênero e o ressarcimento dos danos por ela sofridos são também uma das prioridades da nova Lei da Política Criminal. Em articulação com a Procuradoria Geral da República, o Governo passará a criar em cada ano dois gabinetes de apoio às vítimas de violência de gênero, em especial nos departamentos de investigação e ação penal com seções especializadas em crimes de violência doméstica e baseados em violência de gênero.

Fonte: [Governo de Portugal](#)

PORTUGAL



SETOR DE JUSTIÇA DE TIMOR-LESTE PUBLICA PLANO ESTRATÉGICO

O Plano Estratégico para o Setor da Justiça é uma iniciativa da Ministra da Justiça apoiada pelo Conselho de Coordenação para a Justiça (CCJ) de Timor-Leste e desenvolvida com o apoio do secretariado técnico criado para o efeito. Esta iniciativa baseia-se no reconhecimento de que é necessário reforçar a coordenação e alinhar a ação das principais instituições da justiça em torno de uma visão comum e de uma direção estratégica para o setor a curto, médio e longo prazo.

Seguiu-se a realização de uma série de workshops, bem como de outros mecanismos de consulta, tanto a nível político, como a nível operacional.

Com o intuito de promover a participação e alargar o debate ao maior número possível de entidades e profissionais do sector, como forma de obter contributos essenciais para a elaboração do plano estratégico. Foram constituídos cinco grupos de trabalho, com representantes das instituições de justiça nacionais, da sociedade civil e da comunidade internacional, de acordo com as seguintes áreas temáticas: Desenvolvimento Institucional; Reforma e Quadro Legal; Desenvolvimento dos Recursos Humanos; Infraestruturas e Tecnologias de Informação; e Acesso à Justiça.

Estrutura do Plano Estratégico

As deliberações foram estruturadas em cinco Áreas Temáticas para assegurar uma estrutura consistente para o processo de planeamento. As Áreas Temáticas representam uma cobertura abrangente dos assuntos inter-institucionais essenciais para a entrega de sistemas de justiça. Há 14 Metas divididas em 5 Áreas Temáticas e para cada Meta existe a sua Estratégia, Objectivo e Actividades Principais relacionadas para se atingir a mesma. Há também indicadores para permitir a Monitoramento e Avaliação da implementação.

Fonte: Ministério da Justiça de Timor-Leste



TIMOR-LESTE



MURAL CULTURAL

A Defensoria Pública da União (DPU) do Brasil e o Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos (IPPDH) do Mercosul apresentam:



Na sede do IPPDH, no Espaço Memória e Direitos Humanos, em Buenos Aires, a exposição fotográfica “CASA” apresenta algumas das questões abordadas pela Defensoria Pública da União (DPU) do Brasil, sob viés artístico.



SOBRE A EXPOSIÇÃO

A exposição fotográfica, organizada em conjunto com a DPU, a Embaixada do Brasil em Buenos Aires e o Instituto Guimarães Rosa, reúne parte dos acervos fotográficos das exposições “DOMUS – Moradas Visuais” e “NO FLUXO – *Reflejos de la migración y el refugio de mujeres en Brasil*”, fruto de parcerias solidárias.

A “CASA” é também um convite à reflexão sobre a importância das políticas públicas na promoção e proteção dos direitos humanos nos países do MERCOSUL, bem como sobre a relevância do trabalho da Defensoria Pública.

Esta exposição dá início a uma nova proposta do IPPDH de promover as expressões artísticas e culturais desenvolvidas nos países da região, fortalecer os laços fraternos e solidários entre os povos e contribuir para a consolidação dos direitos humanos no processo de integração regional.



Fonte: [Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos](#)

EXPEDIENTE

Secretaria Administrativa da RIPAJ – Editorial, Revisão, Diagramação e Design:
Coordenação de Cooperação e Relações Internacionais da Assessoria Internacional da DPU

☎ + 55 61 3318-4364

✉ internacional@dpu.def.br

🌐 www.dpu.def.br/ripaj